



Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Livo alcançou em 2024 faturamento de R\$ 5,9 bilhões, um aumento de 9% em relação ao ano anterior e lucro líquido de R\$ 681 milhões enquanto o caixa ao término do período atingiu R\$ 424 milhões.

A Sociedade realizou a compra de ações da Cielo, representando um investimento de mais de R\$ 2,9 bilhões, que resultou na aquisição de 20,52% da empresa. Foi realizada a antecipação de dividendos na ordem de R\$ 390 milhões além do pagamento de R\$ 1,063 bilhão também nessa modalidade.

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Além de manter sua posição de liderança no mercado brasileiro de recompensas, a Sociedade focou no fomento ao engajamento da sua base de clientes. Para isso, firmou parceria com marcas estratégicas do segmento varejista. A Sociedade também lançou o Turbo Livo, novo produto para aumentar, de forma simples e fluida, o saldo de pontos dos clientes. O Clube Livo foi outro destaque, registrando crescimento de 31,67% na sua base de assinantes.

No ano passado, a Sociedade ultrapassou a marca de mais de 50 milhões de participantes, um crescimento de 12% quando comparado a 2023. Para fomentar o resgate de pontos, a Sociedade expandiu suas parcerias, e os pontos passaram a ocupar papel

#### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e PL	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	423.261	3.825.768	Fornecedores	13	25.486	36.989
Instrumentos financeiros	5	—	93.574	Empréstimos a pagar	14	423.000	—
Contas a receber	6	1.355.308	899.888	Contas a pagar operacionais	15	328.603	10.322
Impostos a recuperar	7	34.098	27.611	Salários e encargos	16	66.701	39.816
Dividendos a receber	10	783.854	—	Impostos e contribuições a recolher	17	43.410	79.837
Outros ativos	8	38.962	37.699	Provisão para passivos contingentes	18	3.720	1.588
<b>Total ativo circulante</b>		<b>2.635.483</b>	<b>4.884.390</b>	Obrigações com parceiros e clientes	19	3.723.663	3.852.105
Depósitos judiciais	9	27.155	24.593	Dividendos a pagar	24.e	72.937	265.667
Ativo fiscal diferido	25.b	60.549	49.106	Passivo de arrendamento mercantil	20	2.008	1.553
Outros ativos	8	—	432	Outros passivos	21	53.346	60.071
Investimentos em coligadas	10	1.902.075	330.735	<b>Total passivo circulante</b>		<b>4.742.874</b>	<b>4.347.948</b>
Imobilizado	11	8.890	11.439	Provisão para passivos contingentes	18	27.157	24.915
Intangível	12	676.313	86.758	Salários e encargos	16	8.550	7.376
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>2.674.982</b>	<b>503.063</b>	Passivo fiscal diferido	25.b	59.680	39.340
				Passivo de arrendamento mercantil	20	2.646	3.953
				<b>Total passivo não circulante</b>		<b>98.033</b>	<b>75.584</b>
				Capital social	24.a	139.100	139.100
				Reserva legal	24.b	27.820	27.820
				Outros resultados abrangentes		83.828	—
				Reserva de retenção de lucros	24.c	218.810	797.001
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>469.558</b>	<b>963.921</b>
				<b>Total do Passivo e PL</b>		<b>5.310.465</b>	<b>5.387.453</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2023	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de expansão		
Lucro líquido do exercício		139.100	27.820	—	634.589	—	801.509
Dividendos adicionais	24.d	—	—	—	(634.589)	—	1.062.668
<b>Destinação do lucro líquido</b>							
Reserva de retenção de lucros	24.c	—	—	797.001	—	(797.001)	—
Dividendos obrigatórios	24.e	—	—	—	—	(265.667)	(265.667)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>139.100</b>	<b>27.820</b>	<b>797.001</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>963.921</b>
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	681.407	681.407
Dividendos adicionais	24.d	—	—	(797.001)	—	—	(797.001)
Dividendos antecipados conf. AGE		—	—	—	—	(389.660)	(389.660)
Resultados abrangentes de exercícios anteriores em coligada	10	—	—	—	—	95.513	95.513
Outros resultados abrangentes do exercício	10	—	—	—	—	(11.685)	(11.685)
<b>Destinação do lucro líquido</b>							
Reserva de retenção de lucros	24.c	—	—	218.810	—	(218.810)	—
Dividendos obrigatórios	24.e	—	—	—	—	(72.937)	(72.937)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>139.100</b>	<b>27.820</b>	<b>218.810</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>469.558</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

##### 1. Contexto operacional

A Livo S.A. ("Sociedade" ou "Livo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, nº 512, 1º andar, Edifício Condomínio *Evolution Corporate*, Alphaville, tendo como acionista a Eio Participações Ltda. ("Eio") cujos controladores indiretos são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.

A Sociedade tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados à consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

##### 2. Base de preparação

###### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

###### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

###### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

###### d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionadas ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Sociedade e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 3.c - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:

###### - Breakage:

Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate nesse período é gerada a receita de *breakage*. Vide nota explicativa nº 26.

- Realização dos ativos fiscais diferidos:

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Sociedade na determinação das estimativas futuras quando à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Vide nota explicativa nº 25.

- Provisão para perda de crédito esperada:

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Vide nota explicativa nº 6.

- Avaliação das provisões para passivos contingentes:

A Sociedade possui processos trabalhistas, cíveis e tributários em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Vide nota explicativa nº 18.

## LIVEL S.A.

CNPJ nº 12.888.241/0001-06

### Relatório da Administração

central no dia a dia dos consumidores, seja nos canais digitais ou estabelecimentos físicos. O segmento de viagens continuou sendo um pilar de destaque com aumento de 15% na quantidade de pontos resgatados.

Para acompanhar essa evolução e garantir a vanguarda do mercado, no último trimestre de 2024, a Livo criou seu *Hub de Inovação*. A iniciativa visa fomentar tecnologias disruptivas no setor de fidelidade. Além disso, essa frente criou uma comunidade de participantes *Beta Testers* para experimentar as funcionalidades e soluções em desenvolvimento, e fornecer *feedbacks* antes dos lançamentos oficiais.

Outros marcos para a Sociedade foram a conquista da premiação de dois *Cannes Lions* a partir de um projeto que buscava oferecer segurança e bem-estar de caminhoneiros por meio da concessão de pontos Livo, e destaque em diversas categorias do *Great Place To Work®* Brasil. Além disso, na esfera ESG, a Sociedade manteve seus investimentos na conscientização de seus colaboradores, e em programas focados em Diversidade, Equidade e Inclusão.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros comerciais e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

#### A Administração

Barueri, 21 de março de 2025

#### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	26	5.362.512	4.911.831
Custos	27	(4.318.028)	(3.661.721)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.044.484</b>	<b>1.250.110</b>
Despesa com pessoal	28	(250.575)	(184.522)
Gerais e administrativas	29	(319.780)	(255.436)
Resultado com equivalência patrimonial	10	123.472	49.352
Outras receitas/(despesas)	30	31.591	63.695
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>629.192</b>	<b>923.199</b>
Receitas financeiras	31	377.082	668.536
Despesas financeiras	31	(51.055)	(34.883)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>955.219</b>	<b>1.556.852</b>
Impostos correntes	25.a	(260.808)	(465.747)
Impostos diferidos	25.a	(13.004)	(28.437)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>681.407</b>	<b>1.062.668</b>
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		4,899	7,640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>681.407</b>	<b>1.062.668</b>
Resultado próprio de participação relativa coligada	(12.078)	—
Variação cambial sobre investimentos no exterior coligada	185	—
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros coligada	(281)	—
Benefício pós-emprego coligada	489	—
<b>Movimentações do exercício</b>	<b>(11.685)</b>	<b>—</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>669.722</b>	<b>1.062.668</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		681.407	1.062.668
Ajustes ao lucro líquido		—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.897	28.439
Provisão imposto de renda e contribuição social		286.568	385.956
Depreciações/amortizações	29	41.695	15.255
(Reversão) Provisão para perdas esperadas		(2.174)	10.073
Resultado com equivalência patrimonial	10	(123.472)	(49.352)
Provisão para passivos contingentes	18	6.118	3.466
Resultado de bens de uso baixados	11	3.591	3.184
Juros sobre arrendamento mercantil	20	617	592
Juros e encargos sobre empréstimos	14	19.175	—
Resultado de compra vantajosa	30	(45.826)	(77.566)
<b>(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais</b>			
Instrumentos financeiros		93.574	(93.574)
Contas a receber		(453.246)	(114.132)
Impostos a recuperar		(6.637)	79.861
Outros ativos		(831)	46.979
Depósitos judiciais		(2.562)	(2.408)
Fornecedores		(11.503)	(30.074)
Contas a pagar operacionais		318.281	(22.374)
Salários e encargos		28.059	(2.482)
Impostos pagos		(322.994)	(340.942)
Obrigações com parceiros e clientes		(128.442)	(74.764)
Pagamento de contingência	18	(1.744)	—
Outros passivos		(6.725)	(22.820)
Passivo de arrendamento mercantil		1.500	1.665
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>383.326</b>	<b>807.650</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de coligada		(2.133.848)	(35.934)
Juros sobre capital recebidos		16.015	20.033
Adições ao imobilizado	11	(5.203)	(6.952)
Adições ao intangível	12	(611.325)	(26.962)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.734.361)</b>	<b>(49.815)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos		403.825	—
Dividendos pagos	24.a	(1.452.328)	(846.119)
Pagamento passivo arrendamento		(2.969)	(2.151)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(1.051.472)</b>	<b>(848.270)</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.402.507)</b>	<b>(90.435)</b>
Caixa e equivalentes de caixa		3.825.768	3.916.203
Saldo inicial		423.261	3.825.768
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.402.507)</b>	<b>(90.435)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### b.2 Classificação e mensuração subsequente

##### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (CA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ou a VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Quando os termos contratuais geram, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI").

–**★** **continuação** **Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livo S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023** (Em milhares baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciamento de desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; - os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também podem incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

- **Ativos financeiros a VJ:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJ. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### b.3 Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

- A Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Sociedade possui estruturas de *hegde* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele.

#### c. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Sociedade em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação na coligada Cielo S.A. - Instituição de Pagamento.

Os investimentos em entidades coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis separadas incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle deixa de existir.

A Sociedade apesar de ter influência significativa não detém o controle sobre a coligada Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, em virtude de manter representantes no conselho da administração em ambas as empresas.

A composição dos investimentos em coligadas, estão apresentados na nota explicativa nº 10.

#### d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos em uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Benefitória em imóveis de terceiros	5 anos
Ativo de direito	3 a 6 anos
Bens de uso (maquinários)	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acu-

muladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Carteira de clientes	10 anos
Projetos	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Marcas	10 anos
	23 anos

Direito de exploração de intangível Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

#### f. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;

- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;

- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

#### g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

##### g.1 Ativos financeiros

#### Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- Contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

#### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

**Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor bruto dos ativos.

#### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

#### g2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Sociedade determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

#### (i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### (ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

• Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atingidos.

#### i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Passivos contingentes** - Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser

de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

#### j. Reconhecimento da receita operacional

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Todas as receitas da Sociedade observam o modelo de cinco etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

Etapas 1: Identificação do contrato;

Etapas 2: Identificação das obrigações de desempenho;

Etapas 3: Alocação do preço da transação;

Etapas 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;

Etapas 5: Reconhecimento da receita.

Desta forma, a Livo classifica suas receitas em três tipos: Resgate de pontos, *Breakage* e Comissão de Vendas.

**Receita de resgate de pontos:** A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida ao contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livo.

**Receita de *breakage*:** Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, e o reconhecimento gradual dos pontos que vão expirar, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses; não havendo o resgate nesse prazo, é gerada a receita de *breakage*. O reconhecimento da receita ocorre quando os pontos são expirados efetivamente, e pela estimativa de pontos que vão expirar.

**Receita sobre comissão de vendas:** Refere-se a receita gerada pela utilização da plataforma e serviço, sendo cobrado um valor de comissão do parceiro. O reconhecimento da receita ocorre até o dia 15 do mês subsequente quando ocorre a apuração das comissões e emissão das notas fiscais para os parceiros.

#### k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Sociedade de receber o pagamento é estabelecido. A Sociedade classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio como fluxos de caixa das atividades de investimentos.

#### l. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Sociedade não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

• pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);

• valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;

• pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os passivos de arrendamento são mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alterações nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente ao custo, de acordo com os itens a seguir:

• o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;

• quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;

• quaisquer custos diretos iniciais; e

• custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que arrendador transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

#### m. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Caixa</b>		
Caixa e bancos	1.576	5.477
<b>Equivalentes de caixa</b>		
Fundos de investimentos (a)	208.395	3.269.381
Compromissadas (b)	201.140	–
Certificado de depósito bancário (c)	12.150	550.910
	<b>423.261</b>	<b>3.825.768</b>

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos, que tem como política e objetivo investir em títulos de renda fixa referenciados pelo DI. Estes fundos são administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB *Asset Management* e possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(b) A compromissada com lastro em debêntures está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentar liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados do Certificado de Depósito Interbancário Brasileiro (CDI).

Os valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

(c) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

As aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

#### 5. Instrumentos financeiros

		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Títulos privados</b>	<b>Vencimento até 365 dias</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>
<i>Swap</i> (a)			

—★ continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livo S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

#### Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.

#### Ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Contas a pagar e recebíveis: Contas a receber menos as perdas previstas, Dividendos a receber, Outros ativos, Fornecedores, Contas a pagar operacionais, Obrigações com parceiros e clientes, Passivo de arrendamento mercantil e Outros passivos estão apresentados pelos valores das liquidações previstas nas datas de vencimento.

Empréstimos: Para os empréstimos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas de mercado.

#### 6. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes	358.053	98.591
Partes relacionadas (nota 22)	1.012.541	818.757
(-) Provisão de perdas esperadas	(15.286)	(17.460)
	<b>1.355.308</b>	<b>899.888</b>
Circulante	1.355.308	899.888
Não circulante	—	—

A provisão de perda esperada de clientes da Sociedade são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Sociedade dispõe de políticas internas e instrumentos contratuais para a mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default".

A movimentação da perda esperada é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(17.460)	(3.513)
Acréscimos	(23.057)	(19.153)
Baixas	25.231	5.206
Saldo no final do exercício	<b>(15.286)</b>	<b>(17.460)</b>

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados ao Contas a receber de clientes e ao Contas a receber de partes relacionadas.

#### Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Sociedade conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa n° 32.

#### Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte, contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos. A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

#### 10. Investimentos em coligadas

##### a. Movimentações nas participações coligadas

	31.12.2023				Movimentação 01.01 a 31.12.2024			31.12.2024		Exercício/2023	
	Valor do investimento	Aquisição e JCP (1)	Dividendos e JCP (2)	Outros eventos (3)	Compra vantajosa (4)	Resultado equivalente	Valor do investimento	Resultado equivalente	Valor do investimento	Resultado equivalente	
Cielo S.A. Instituição de Pagamento	330.735	2.133.850	(799.869)	83.828	30.059	123.472	1.902.075	49.352	1.902.075	49.352	
	<b>330.735</b>	<b>2.133.850</b>	<b>(799.869)</b>	<b>83.828</b>	<b>30.059</b>	<b>123.472</b>	<b>1.902.075</b>	<b>49.352</b>	<b>1.902.075</b>	<b>49.352</b>	

- Em setembro de 2024, a Sociedade concluiu a aquisição de ações ordinárias da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, o qual adquiriu 20,52% do capital.
- Dividendos a receber da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento até 31/12/2025 no valor de R\$ 783.854 e Juros sobre capital próprio recebidos em 2024 no valor de R\$ 16.015.
- Outros resultados abrangentes de acordo com o percentual de participação da Sociedade na investida, e registro do cancelamento das ações realizado em setembro de 2024.
- Registro realizado conforme Estudo de Alocação do Preço de Compra elaborado para as aquisições de investimentos em coligada ocorridas em maio/24, agosto/24 e setembro/24.

Vide maiores detalhes sobre a aquisição de coligada na nota explicativa 35.a.

##### b. Informações resumidas da participação em coligada

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos contábeis na investida apresentavam os seguintes valores:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado exercício	Quantidade de ações	Participação no capital social	31/12/2024		31/12/2023	
						Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	5.700.000	9.249.854	1.439.262	547.455.399	20,52%	1.902.075	123.472	330.735	49.352
						<b>1.902.075</b>	<b>123.472</b>	<b>330.735</b>	<b>49.352</b>

Para efeito de cálculo de equivalência patrimonial foram utilizadas as informações contábeis de 31 de dezembro de 2024 de acordo com o artigo 248 da Lei n° 6.404/76:

"I - O valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da Sociedade; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a Sociedade, ou com outras sociedades coligadas à Sociedade, ou por ela controladas."

#### 11. Imobilizado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	2.756	(1.850)	906	1.102
Móveis e equipamentos de uso	2.773	(1.624)	1.149	1.416
Sistema de comunicação	576	(563)	13	25
Sistema de processamento de dados	16.529	(14.569)	1.960	3.109
Benefeitorias em imóveis de terceiros	3.603	(3.189)	414	616
Direito de uso - CPC 06	5.090	(642)	4.448	5.171
	<b>31.327</b>	<b>(22.437)</b>	<b>8.890</b>	<b>11.439</b>

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

	Saldo inicial 31/12/2023	Adições	Baixa/Aquisição	Depreciação	Saldo final 31/12/2024
Instalações	1.102	78	—	(274)	906
Móveis e equipamentos de uso	1.416	8	—	(275)	1.149
Sistema de comunicação	25	—	—	(12)	13
Sistema de processamento de dados	3.109	21	—	(1.169)	1.960
Benefeitorias em imóveis de terceiros	616	7	—	(209)	414
Direito de uso - CPC 06	5.171	5.089	(3.591)	(2.222)	4.448
	<b>11.439</b>	<b>5.203</b>	<b>(3.591)</b>	<b>(4.161)</b>	<b>8.890</b>

No exercício de 2024 foram realizadas baixas nos ativos imobilizados no montante de R\$ 3.591 (R\$ 3.184 em 31 de dezembro de 2023).

#### 12. Intangível

	31/12/2024		31/12/2023	
	Amortização acumulada	Líquido	Amortização acumulada	Líquido
Carteira de Clientes	306.448	(22.939)	283.509	41.837
Projetos	49.393	(7.171)	42.222	28.863
Software e licenças de uso	117.315	(10.824)	106.491	6.584
Marcas	63.717	(5.315)	58.402	6.781
Direito de exploração de intangível	189.731	(4.042)	185.689	2.693
	<b>726.604</b>	<b>(50.291)</b>	<b>676.313</b>	<b>86.758</b>

A movimentação dos saldos do intangível no período findo em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

	Saldo inicial 31/12/2023	Adição (a)	Amortizações	Saldo final 31/12/2024
Carteira de Clientes	41.837	257.638	(15.966)	283.509
Projetos	28.863	19.438	(6.079)	42.222
Software e licenças de uso	6.584	107.419	(7.512)	106.491
Marcas	6.781	55.741	(4.120)	58.402
Direito de exploração de intangível (b)	2.693	186.854	(3.858)	185.689
	<b>86.758</b>	<b>627.090</b>	<b>(37.535)</b>	<b>676.313</b>

(a) As adições referem-se substancialmente aos registros realizados conforme Estudos de Alocação do Preço de Compra elaborados para as aquisições de investimentos em coligada ocorridas em maio/24, agosto/24 e setembro/24.

(b) Direito de exploração da atividade de gestão de contas de pagamentos pós-pagas dos ativos intangíveis com vida útil definida da investida da coligada Cielo S.A. - Instituição de Pagamento.

Nos exercícios de 2024 e 2023, não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

#### 13. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	25.408	36.909
Outros	78	80
	<b>25.486</b>	<b>36.989</b>
Circulante	25.486	36.989
Não circulante	—	—

#### 14. Empréstimos a pagar

Em agosto de 2024, a Sociedade realizou captações de recursos para capital de giro por meio de linhas de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo, com os Controladores indiretos Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A. no montante de R\$ 403.825. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto é de R\$ 423.000.

#### Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

A carteira a receber da Sociedade observa baixos índices históricos de inadimplência, exceção feita a operação atual com uma empresa de grande porte do setor de varejo. Estas classes de carteiras, devido à boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade apurou contratos em inadimplência com vencimentos acima de 60 (Sessenta) dias no montante total de R\$ 13.200 que corresponde a um índice de aproximadamente 1,01% de toda a carteira a receber de clientes.

O modelo de perda esperada considera na sua apuração as variáveis de PD (*Probability of Default*) com base em modelagem interna que combina consultas à informações de *Bureau* externos, e EAD (*Exposure at Default*) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração, em conjunto com as técnicas de *Override* para redução de exposição considerando instrumentos de mitigação de riscos formalizados nos contratos unilaterais com as respectivas contrapartes. Dadas as características do modelo de negócio da Sociedade, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do cálculo.

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas, e suas respectivas provisões calculadas:

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
<b>31 de dezembro de 2024</b>			
Contas a receber	1.317.590	1,16%	15.286
	<b>1.317.590</b>		<b>15.286</b>
	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
<b>31 de dezembro de 2023</b>			
Contas a receber	902.963	1,93%	17.460
	<b>902.963</b>		<b>17.460</b>

#### 7. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	30.591	23.198
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.471	2.656
Imposto de renda e contribuição social	1.213	—
Impostos a compensar	760	765
Outros impostos a recuperar	63	842
	<b>34.098</b>	<b>27.461</b>
Circulante	34.098	27.461
Não circulante	—	—

#### 8. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	25.125	19.147
Adiantamento a funcionários	7.894	7.405
Compra de pontos antecipada	3.784	4.579
Adiantamento a fornecedores	2.159	2.497
Juros sobre capital próprio	—	4.434
Outros	—	69
	<b>38.962</b>	<b>38.131</b>
Circulante	38.962	37.699
Não circulante	—	432

#### 9. Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Depósito garantia	26.168	24.321
Depósitos cíveis	737	—
Bloqueio judicial	250	272
	<b>27.155</b>	<b>24.593</b>
Circulante	—	—
Não circulante	27.155	24.593

de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Fiscais 24.915	Trabalhistas	Cíveis 1.588	Total 26.503
<b>No final do exercício de 2023</b>				
Adição	—	1.300	3.321	4.621
Atualizações monetárias	2.242	85	251	2.578
Atualizações processuais	—	—	598	598
Reversões	—	(496)	(1.183)	(1.679)
Pagamentos	—	—	(1.744)	(1.744)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>27.157</b>	<b>889</b>	<b>2.831</b>	<b>30.877</b>

#### Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos, não reconhecidos contabilmente.

	31/12/2024	31/12/2023
Tributário (a)	10.655	—
Cíveis	4.708	4.730
Trabalhista	875	209
	<b>16.238</b>	<b>4.945</b>

(a) Refere-se a processos administrativos de natureza tributária sobre restituição de PIS, COFINS e CSLL.

#### 19. Obrigações com parceiros e clientes

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de obrigações com parceiros e clientes é de R\$ 3.723.663 (R\$ 3.852.105 em 31 de dezembro de 2023), e corresponde ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

#### 20. Passivo de arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente tem duração de 5 anos, com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O pagamento da parcela do arrendamento é efetuado mensalmente.

A Sociedade arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de 5 anos. Para contratos com prazo inferior e ou de baixo valor, a Sociedade optou por não reconhecer em ativos de bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é a arrendatária são apresentadas abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Adições	5.400	6.033	5.091
Pagamento	—	(2.151)	(2.969)
Baixas	—	(4.270)	(3.591)
Despesa financeira	—	494	617
	<b>5.400</b>	<b>5.066</b>	<b>4.654</b>
		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Circulante	—	2.008	1.553
Não circulante	—	2.646	3.953

#### a) Operações de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem as opções de renovação sem data limite estipuladas para requerimento por parte da Sociedade observando somente que no vencimento do contrato vigente a Sociedade deverá devolver o espaço ou itens arrendados objeto do contrato em perfeito estado de conservação.

#### b) Taxas de desconto

A taxa de desconto é considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por ano e taxa média de desconto	Taxa % a.a.
Ano 2024	10,87%
Ano 2025	14,43%
Ano 2026	12,48%
An	

-★ continuação		Notas explicativas às demonstrações financeiras da Livo S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
<b>24.c Reserva de retenção de lucros</b>			
A Administração da Livo propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$ 218.810, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Sociedade, a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.			
Em 30 de abril de 2024 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva de retenção de lucros do ano de 2023.			
<b>24.d Reserva de expansão</b>			
Os lucros não distribuídos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram destinados a Reserva de expansão no montante de R\$ 634.589. Em 6 de maio de 2023 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva do ano de 2022.			
<b>24.e Dividendos obrigatórios</b>			
Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.			
Em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.062.668 (R\$ 846.119 em 31 de dezembro de 2023), sendo: (i) R\$ 265.667 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) R\$ 797.001 de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujo pagamento ocorreu em 30 de abril de 2024.			
Em reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de dividendos intermediários, relativos ao lucro do primeiro semestre de 2024, no valor de R\$ 389.660, cujo pagamento ocorreu em 06 de agosto de 2024.			
A Sociedade provisionou dividendos no montante de R\$ 72.937 em 31 de dezembro de 2024, referente a parte do lucro líquido do exercício de 2024.			
<b>25. Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			
<b>25.a Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social</b>			
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) deduzido das participações no resultado</b>	955.219	1.556.852	
Alíquota vigente	34%	34%	
<b>Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>324.774</b>	<b>529.330</b>	
<b>Efeito no cálculo dos tributos:</b>			
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.185	1.179	
Provisão de perdas esperadas (a)	(739)	3.425	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.004	28.437	
Participação nos lucros - funcionários	7.682	104	
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	30.907	(21.754)	
Incentivos fiscais	(10.624)	(13.644)	
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	(50.397)	(16.113)	
Equivalência Patrimonial	(41.980)	(16.780)	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>273.812</b>	<b>494.184</b>	
Sendo:			
Impostos correntes	260.808	465.747	
Impostos diferidos	13.004	28.437	
	<b>273.812</b>	<b>494.184</b>	
(a) Refere-se a movimentação de perdas esperadas sobre contas a receber (nota explicativa nº 6).			
<b>25.b Origem dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social</b>			
<b>Descrição dos ativos fiscais diferidos</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Saldo em Real- Saldo em</b>	<b>31/12/2024</b>
Provisão para contingências fiscais	8.471	762	9.233
Provisão para contingências cíveis	540	–	(540)
Participação nos lucros - funcionários	8.465	7.748	16.213
Provisão para despesas administrativas	25.695	105	25.800
Provisão para perda esperada	5.935	–	5.196
Variação participação acionária e cancelamento das ações	–	4.107	–
	<b>49.106</b>	<b>12.722</b>	<b>(1.279)</b>
	(2.221)	–	60.549
Arrendamento mercantil (CPC 06)	(3.425)	(792)	(4.217)
Resultado de compra vantajosa	(33.694)	(21.769)	(55.463)
Total dos passivos diferidos	<b>(39.340)</b>	<b>(22.561)</b>	<b>2.221</b>
			<b>(59.680)</b>
<b>25.c Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias</b>			
	<b>Créditos tributários</b>	<b>Créditos tributários</b>	<b>Créditos tributários</b>
	<b>Contribuição social</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Contribuição social</b>
	<b>de renda</b>	<b>Total de renda</b>	<b>Total</b>
<b>Até 1 ano</b>	43.878	16.372	60.250
<b>Até 2 anos</b>	144	52	196
<b>Até 3 anos</b>	76	27	103
	<b>44.098</b>	<b>16.451</b>	<b>60.549</b>
			<b>(43.882)</b>
			<b>(15.798)</b>
			<b>(59.680)</b>
A constituição do ativo fiscal diferido está suportada por estudo técnico e o valor presente apresentado líquido utilizando a TAXA SELIC projetada para longo prazo são de 14,39% em 1 ano, 12,67% em 2 anos, 10,42% em 3 anos, como taxa de desconto. Assim, conclui-se que a expectativa é de realizar os saldos de créditos tributários até o exercício social de 2027. VLP Total R\$ 52.894.			
Todo o ativo fiscal da Livo foi devidamente ativado.			
<b>26. Receita líquida</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Receita de resgate de pontos	5.253.569	4.752.690	
Receita de <i>breakage</i>	485.862	439.320	
Receita de comissão de vendas	176.231	229.452	
Impostos sobre serviços	(553.150)	(509.631)	
	<b>5.362.512</b>	<b>4.911.831</b>	
<b>27. Custos</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Custo operações com resgate de pontos	(4.537.391)	(3.856.128)	
Custos com infraestrutura	(130.266)	(120.368)	
Custo serviços de hospedagem e manutenção do portal	(47.452)	(31.811)	
Custo central de atendimento	(32.699)	(28.367)	
Custo serviços profissionais de prevenção a fraude	(8.813)	(7.238)	
Custo despesas com vendas	(185)	(179)	
Recuperação de créditos fiscais (a)	438.778	382.370	
<b>Total</b>	<b>(4.318.028)</b>	<b>(3.661.721)</b>	
(a) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.			
<b>28. Despesas com pessoal</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Salários	(116.672)	(91.351)	
Gratificação	(51.815)	(27.113)	
Encargos sociais	(40.849)	(32.763)	
Benefícios	(35.767)	(28.162)	
Treinamento	(1.803)	(2.412)	
Outras	(3.669)	(2.721)	
	<b>(250.575)</b>	<b>(184.522)</b>	
<b>29. Gerais e administrativas</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Despesa de marketing (a)	(101.906)	(91.508)	
Despesas compartilhadas (b)	(68.151)	(52.681)	
Honorários profissionais	(67.864)	(61.074)	
Depreciações e amortizações	(41.695)	(15.255)	
Despesas de contribuições e doações	(10.159)	(13.412)	
Despesas com veículos, transportes e viagens	(5.865)	(4.484)	
Despesas com telefonia	(1.647)	(1.178)	
<b>Diretoria</b>			
<b>André Fehlauer</b> - Diretor Presidente		<b>Esther Dalmas</b> - Diretora	<b>Flávio Augusto Corrêa Basilio</b> - Diretor
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>			
forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.			
<b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</b>			
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.			
<b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras</b>			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não			
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Outros passivos	53.346	53.346	53.346
Passivo fiscal diferido	59.680	59.680	–
<b>Total</b>	<b>4.913.844</b>	<b>4.958.966</b>	<b>4.827.999</b>
			<b>130.967</b>
Os valores registrados em "Contas a pagar operacionais", decorrem dos eventos de resgate de pontos pelos usuários no programa de recompensas da Sociedade, o qual gera o evento de contas a pagar para o respectivo parceiro de vendas.			
Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar o programa de recompensas, todos os valores dos recursos em "Contas a pagar operacionais", são considerados com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.			
Os valores registrados em "Obrigações com parceiros e clientes" referem-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.			
O prazo médio de resgate de pontos pelos usuários dos programas da Livo gira em torno de 787 (setecentos e oitenta e sete) dias corridos, conforme histórico de clientes até o período de fechamento do exercício, desta maneira observamos uma baixa probabilidade de necessidade de liquidez imediata frente a todas as obrigações com o estoque de pontos atual da Sociedade.			
A rubrica de "Obrigações com parceiros e clientes" registrada no passivo circulante contempla o estoque de pontos, que se encontra disponível para resgate imediato por parte dos parceiros e clientes.			
A Sociedade possui um saldo total de caixa e equivalentes em cerca de R\$ 423.261 (Nota explicativa nº 4).			
A Sociedade possui plano de contingência de liquidez aprovado pelo Conselho de Administração, que apresenta capacidade de recomposição imediata do caixa para honrar seus compromissos, se for necessário acioná-lo.			
A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.			
<b>d. Risco operacional</b>			
A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.			
A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "EloPar" controladora da Sociedade.			
<b>e. Gestão de capital e risco reputacional</b>			
A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional, é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.			
A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Livo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a extensão de sua exposição a riscos.			
<b>33. Transações não-caixa</b>			
	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Transações de investimentos não-caixa			
Contratos de arrendamento	20	5.091	6.033
Rendas com participação societária	30	45.826	77.566
		<b>50.917</b>	<b>83.599</b>
<b>34. Cobertura de seguros</b>			
A Sociedade tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 4.361 (R\$ 4.903 em 31 de dezembro de 2023) para danos materiais e R\$ 120.000 (R\$ 120.000 em 31 de dezembro de 2023) para responsabilidade civil.			
<b>35. Outras informações</b>			
<b>a. Oferta pública de aquisição de ações (OPA) da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento</b>			
Em 5 de fevereiro de 2024, a Elo Participações Ltda. ("EloPar") e suas controladas Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo"), e Livo S.A. ("Livo"), em conjunto com seus controladores indiretos Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., encaminharam através de suas controladas, respectivamente Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. ("Quixaba") e BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo"), comunicado aos "Acionistas Controladores" da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Cielo"), informando a respeito de sua decisão de proceder à conversão do registro de companhia aberta da Cielo de categoria "A" para "B", com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias para conversão de registro da companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída de segmento especial da listagem, de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo ("OPA").			
Em 05 de julho de 2024 a CVM deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cielo para conversão de seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA").			
Em 10 de julho de 2024, foram disponibilizados pela Cielo o Edital e Laudo de Avaliação da oferta pública, cujo leilão foi realizado em 14 de agosto de 2024, às 15h. A OPA teve por objeto 902.247.285 ações ordinárias de emissão da Cielo, pelo preço à vista de R\$ 5,60 por ação, sujeito aos ajustes de preço pelo CDI previstos no Edital.			
A OPA foi lançada pelos (i) Acionistas Controladores, (ii) Elo Participações, (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. e (iv) Livo S.A., qualificados em conjunto como "Ofertantes" para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Cielo, exceto aquelas detidas pelos próprios Ofertantes, pessoas a eles vinculadas e as mantidas em tesouraria.			
Em 14 de agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública das ações da Cielo para conversão de seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" na Comissão de Valores Mobiliários e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A., com isso as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Cielo, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 5,82, totalizando o valor de R\$ 4.288.508 mil. A liquidação do Leilão ocorreu em 16 de agosto de 2024.			
Em 16 de agosto de 2024, a Cielo S.A. informou que recebeu o comunicado de Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., BB Elo Cartões Participações S.A., Elo Participações Ltda., Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Livo S.A. ("Ofertantes"), onde informaram que se tornaram, em conjunto, titulares de 2.583.914.571 ações ordinárias de emissão da Cielo, equivalentes a 95,1% do seu capital social, como resultado de aquisições de ações realizadas em cumprimento à obrigação de estender a possibilidade de venda aos acionistas remanescentes que não alienaram ações de sua titularidade no âmbito do leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cielo lançada pelas Ofertantes ("OPA") durante o período de 3 (três) meses seguintes à data de sua realização. Em decorrência dessas aquisições, restaram em circulação ações de emissão da Cielo representativas de percentual inferior a 5% do capital social.			
O resgate compulsório foi efetivado em 26/09/2024 pela Cielo, com a aquisição de 48.640.941 ações, as quais foram alocadas em tesouraria e posteriormente canceladas. Desta forma, o capital da Cielo passou a ser detido integralmente pelos grupos econômicos de seus acionistas controladores.			
<b>36. Eventos subsequentes</b>			
Não foram registrados eventos subsequentes até a data do encerramento dessa demonstração financeira.			
<b>Contador</b>			
<b>Marcos Antônio Ribeiro dos Santos</b> - CRC 1SP22535/O-0			
<b>detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</b>			
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.			
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.			
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.			
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.			
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
<b>KPMG</b>			
São Paulo, 21 de março de 2025			
<b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b>			
CRC 2SP-027685/O-0 F SP			
<b>Gustavo Mendes Bonini</b>			
Contador CRC 1SP296875/O-0			
Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.			
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <a href="https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/">https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/</a>			